

**NEM DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL, NEM RURALIZAÇÃO:
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA, NA PROVÍNCIA DE
MINAS GERAIS, ENTRE AS DÉCADA DE 1830 E 1870***

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho**

José Maria dos Santos Júnior***

Mario Marcos Sampaio Rodarte****

Palavras-chave: demografia histórica; urbanização; século XIX; Minas Gerais

Resumo:

O objetivo deste trabalho é aprofundar o conhecimento da dinâmica demográfica das Minas Gerais do século XIX, segundo dois planos interrelacionados de análise: 1) a distribuição regional da população e 2) a mesma distribuição segundo o nível de urbanização.

Utilizando uma nova abordagem de regionalização e de análise quanto ao nível de urbanização, buscou-se analisar o processo de povoamento da província, entre os inícios das décadas de 1830 e 1870, e comparar os resultados obtidos com o que já havia sido estabelecido pela historiografia.

Observou-se como resultado, a inadequação dos modelos teóricos propostos para a província oitocentista, na medida em que se constatou a manutenção da concentração territorial, ao invés da esperada desconcentração da população por todo o território mineiro; e permanência do vigor urbano, ao contrário de ruralização da economia.

Sessão temática: H6 - Dinâmica da Demografia Mineira: do Século XIX ao Início do Século XX

* O presente trabalho foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais: 1830-1930”, coordenada pelo Prof. João Antonio de Paula, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

** Graduando em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PROBIC/Fapemig com o projeto: “O Comércio Provincial em Minas Gerais com base no Censo de 1831/32 e nos Mapas de engenhos e casas de negócio 1836” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

*** Graduando em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PIBIC-CNPq com o projeto: “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais (1831-1930)” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

**** Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

**NEM DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL, NEM RURALIZAÇÃO:
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA, NA PROVÍNCIA DE
MINAS GERAIS, ENTRE AS DÉCADA DE 1830 E 1870***

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho**

José Maria dos Santos Júnior***

Mario Marcos Sampaio Rodarte****

Introdução

O presente trabalho busca captar o processo de povoamento e ocupação do território da província de Minas Gerais, no século XIX, mediante análise da população em dois pontos no tempo: os inícios das décadas de 1830 e 1870. Esse período, por vezes pensado simplesmente como uma fase de transição entre a Capitania do Ouro e a Província/Estado do Café, foi foco de atenção de vários estudos com visões controversas sobre o funcionamento da economia e sobre a evolução das componentes dinâmica demográfica, principalmente no que se refere ao segmento servil de sua população. Os trabalhos mais recentes, no entanto, são unânimes em aceitar a suposição de que a economia não teria se desestruturado da forma como se pensava anteriormente, o que era sugerido pelo fato de Minas Gerais ter se convertido na mais populosa das províncias do Brasil, no período do Recenseamento do Império de 1872.

Diferentemente dos demais estudos do período, a pesquisa que originou este trabalho procurou, de um lado, depreender os movimentos demográficos a partir de categorias espaciais com mais identidade socioeconômica, e por outro, eleger a questão urbana como um importante aspecto para entender o processo de ocupação Minas Gerais, tendo em vista que o caráter urbano foi marcante no processo ocupação deste território, desde o fim do século XVII, com o descobrimento do ouro.

O texto que segue está estruturado em quatro itens. O primeiro faz uma breve síntese da historiografia de Minas Gerais do Oitocentos, no que tange ao processo de ocupação e urbanização. Segue no próximo item, uma descrição dos aspectos metodológicos desse trabalho sobre os recortes espaciais e fontes primárias utilizadas. O estudo da conformação demográfica nos anos iniciais das décadas de 1830 e 1870, presente no item 3, busca deslindar quarenta anos de ocupação e povoamento da província. Faz-se, na quarta parte do trabalho, uma análise da população sob a ótica da dicotomia entre o urbano e o rural no período estudado.

* O presente trabalho foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais: 1830-1930”, coordenada pelo Prof. João Antonio de Paula, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

** Graduando em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PROBIC/Fapemig com o projeto: “O Comércio Provincial em Minas Gerais com base no Censo de 1831/32 e nos Mapas de engenhos e casas de negócio 1836” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

*** Graduando em Ciências Econômicas – UFMG. Bolsista de Iniciação científica PIBIC-CNPq com o projeto: “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais (1831-1930)” no *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

**** Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

1. População e Economia em Minas Gerais no Século XIX

Vem ocorrendo, a partir do fim da década de 1970, uma ampla revisão da caracterização da sociedade escravista mineira do século XIX. Até então, a estagnação econômica, que se seguiu ao *boom* da mineração aurífera no Dezoito, e o contingente populacional lentamente se dirigindo às áreas cafeeiras eram os pontos centrais das visões tradicionais, como a presente em Celso Furtado¹:

Uns poucos decênios foi o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, como no da economia pecuária do Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária. Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, envolveu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. (Furtado, 1959, p. 85)

Tal paradigma teórico começou a ser revisto com os trabalhos de Roberto Borges Martins que, utilizando fontes de dados recentemente pesquisadas, propõe um novo padrão interpretativo da sociedade de Minas Gerais posterior à crise da mineração, a partir da segunda metade do século XVIII.

Talvez sua contribuição mais notável seja a identificação de Minas possuindo o maior plantel mancipio do Império. A economia mineira é descrita por esse autor como introvertida, possuindo as exportações correspondentes a uma pequena parcela da produção total, e com a população dispersa em atividades auto-suficientes, de caráter rural.

Minas tinha o mais baixo nível de exportação per capita no país e, fora da região cafeeira, este nível declinou em termos reais no decorrer do século. A grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província. A economia provincial era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente – fazendas, sítios e roças – produzindo para auto-consumo e para venda de mercadorias locais. (Martins, 1982, p. 4 e 5)

O trabalho bastante inovador de Martins suscitou uma série de novas interpretações sobre o sistema econômico escravista da Minas Gerais oitocentista. Destaca-se como autor com importantes discordâncias com relação ao modelo proposto, Robert Slenes.

Em função da análise de novos dados e de uma leitura diferente dos resultados importantes dos Martins, argumento: 1) que Minas, na primeira metade do século XIX, longe de ser uma região pouco voltada “para fora”, como os Martins afirmam, era uma economia de exportação bastante significativa (entendo “exportações”, à maneira dos Martins, como produtos remetidos para fora da província, mesmo se destinados ao mercado brasileiro); e 2) que os efeitos multiplicadores do setor de exportação sobre o setor interno eram proporcionalmente maiores em Minas do que

¹ O próprio autor deixa claro que não tem como objetivo um elevado grau de detalhamento e precisão: “O presente livro pretende ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. (...) Na opinião do autor, sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos.” (Furtado, 1959, p. 1)

nas áreas de plantation do Rio de Janeiro e São Paulo. Os dois argumentos apontam para um modelo de economia mineira no século XIX bastante diferente daquele elaborado pelos Martins. (Slenes, 1985, p. 468 e 469)

Slenes descreve Minas Gerais como possuindo atividades econômicas de maior dinamismo produtivo, significativa produção voltada ao exterior da província, e grande volume de produtores rurais especializados em garantir insumos ao setor agro-exportador. Estas seriam as condições básicas para a existência do forte fluxo de escravos para dentro da província, responsável pelo grande estoque de mão-de-obra cativa.

Enquanto Slenes (1985) contestava a parte econômica da tese de Martins (1982), trabalhos como os de Luna (1982) e, posteriormente, de Libby (1988) e Bergard (2004) questionavam o lado demográfico do mesmo modelo explicativo. Para explicar o vasto contingente de escravos às vésperas da abolição, propunham a importância crescente da reprodução natural de escravos e gradativa diluição da força do tráfico de escravos transatlântico e de outras províncias, no correr do Oitocentos:

No caso de Minas Gerais, o progressivo declínio da razão de masculinidade na população escrava denotado para o século passado constitui indício de que a reprodução dessa população fora se tornando cada vez mais importante na manutenção do estoque mancipio, provavelmente superando o volume de importações depois do fechamento do tráfico negreiro internacional. (Libby, 1988, p. 59)

A redução do grau de exploração da força de trabalho escrava, em decorrência da decadência da mineração, possibilitando o crescimento vegetativo da população mancipia é a hipótese central de Luna e Klein.²

Em Minas Gerais, por exemplo, com o declínio da mineração na segunda metade do século XVIII, reduziu-se a importação de escravos e alterou-se o uso da mão-de-obra cativa na região, criando-se, assim, condições especiais favoráveis a um crescimento natural positivo da população escrava local. (Luna & Klein, 2004, p.175)

Os mesmos autores defensores da hipótese da reprodução interna advogam em favor do perfil agrário da economia mineira do período.

Não resta dúvida de que o grande sustentáculo da economia mineira do século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província. (Libby, 1988, p.14)

Usando divisão de comarcas de 1833, reunindo espaços bastante heterogêneos em termos de extensão e ritmo de atividade econômica, Bergard conclui que houve uma tendência de crescimento quanto a importância econômica e demográfica das regiões tradicionalmente periféricas, impulsionado pela expansão da fronteira agrícola:

As antigas áreas da periferia ao norte cresceram em ritmo mais acelerado; a zona cafeeira do sudeste, a comarca de Parahybuna de 1833, também teve um dinâmico aumento da população. As três vastas regiões – Paracatu, São Francisco e Jequitinhonha -, que formam um arco em torno dos quatro distritos mineiros do centro, aumentaram sua participação na população total, passando de 16,4% a 22,8% entre 1833 e 1872; Paracatu e Jequitinhonha apresentaram os maiores índices de crescimento anual: 3,7%.

²Não é objetivo deste trabalho agregar novas informações no debate da origem do contingente escravo, mas apenas situá-lo do contexto da reprodução material e populacional da província.

[...] Contudo, foi a zona cafeeira da comarca de Parahybuna de 1833 que se tornou a mais importante região de colonização em Minas Gerais na época do censo de 1872. Um quinto da população total vivia ali em 1872; o número de habitantes aumentara 3,7 vezes desde 1833. (Bergad, 2004, p. 171)

No âmbito do Cedeplar/UFMG, vêm-se traçando uma nova proposta de interpretação das peculiaridades da sociedade mineira oitocentista. Iniciou-se uma ampla análise das listas nominativas de 1831-32, realizou-se um recorte espacial da província e são propostos níveis de desenvolvimento econômico e centralidade urbana, com o objetivo de melhor retratar as especificidades regionais da província, ao invés de aceitar uma divisão espacial que induz à uma percepção pouco acurada com relação a forte heterogeneidade regional.

Serão aqui revistos dois pontos aceitos sem grandes questionamentos pelos diversos autores formuladores do paradigma teórico hegemônico de análise da sociedade mineira escravista: a ruralização das atividades produtivas, voltada ou não com maior ênfase ao mercado externo e a redistribuição populacional em favor das áreas anteriormente periféricas.

2. Aspectos metodológicos

2.1 Definições espaciais

A análise da dinâmica econômica e demográfica das Minas Gerais do dezenove, e suas múltiplas relações de causalidade, serão feitas a partir da reflexão sobre critérios de espacialidade das atividades sociais, hierarquizadas segundo níveis de centralidade urbana e desenvolvimento econômico.

A regionalização adotada foi estabelecida por Marcelo Magalhães Godoy (1996), com base em relatos de viajantes estrangeiros que visitaram Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Suas ricas descrições acerca de variados temas como botânica, biologia, mineralogia, mas principalmente sobre economia, sociedade, cultura e interação entre o homem e meio ambiente foram úteis no delineamento das regiões. Nove destas viagens, realizadas entre 1809 e 1840, serviram de base à divisão regional da Província.

As descrições, apesar de marcadas pela subjetividade, configuram-se em um banco de dados riquíssimo e são, provavelmente, a maior fonte de informações econômicas disponível para o período, não compiladas por nenhum outro agente, público ou privado.³ A construção da espacialidade conforme descrições de época permite uma divisão menos arbitrária, marcada pela interpenetração da totalidade dos elementos histórico-naturais, definidores da região enquanto resultado da intervenção do homem histórico-social no meio natural.

A atualmente dominante percepção e tratamento das categorias espaço/região, caracterizada pela marcante atemporalidade e excessiva simplificação dos recortes, seria substituída pela consideração da historicidade e complexidade destas categorias. Em primeiro lugar passaríamos a pensar as unidades espaciais como resultado de combinações de múltiplos aspectos completamente permeados por sua historicidade. Em segundo lugar rejeitaríamos os recortes espaciais baseados em critérios parciais da espacialidade, que resultam em unidades sem identidade e, portanto, incapazes de refletir especificidades de quaisquer natureza. [...]

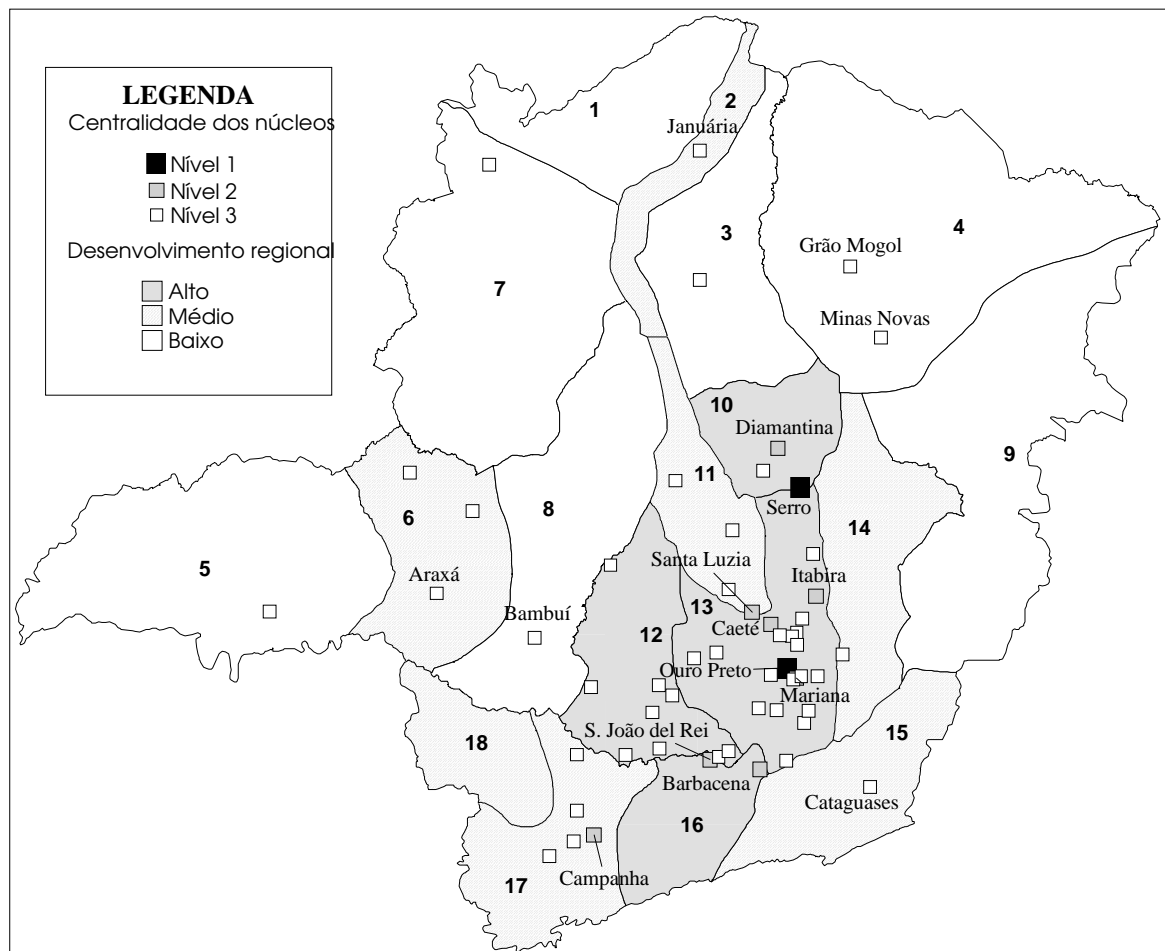
As regiões resultam da combinação de elementos físicos, humanos, econômicos e histórico-administrativos. Cada região foi definida pela peculiar configuração destes elementos e, sobretudo, pela específica interpenetração entre eles. (Godoy, 1996, p. 26)

³O estudo sobre os relatos de viagem e sobre o estabelecimento dos recortes espaciais teóricos encontra-se em Godoy, 1996.

Para cada localidade visitada foram agrupadas informações, possibilitando a delimitação de 18 regiões, marcadas pela heterogeneidade dos aspectos naturais, demográficos e, especialmente econômicos (Mapa 1).

Mapa 1

Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade urbana Minas Gerais - década de 1830



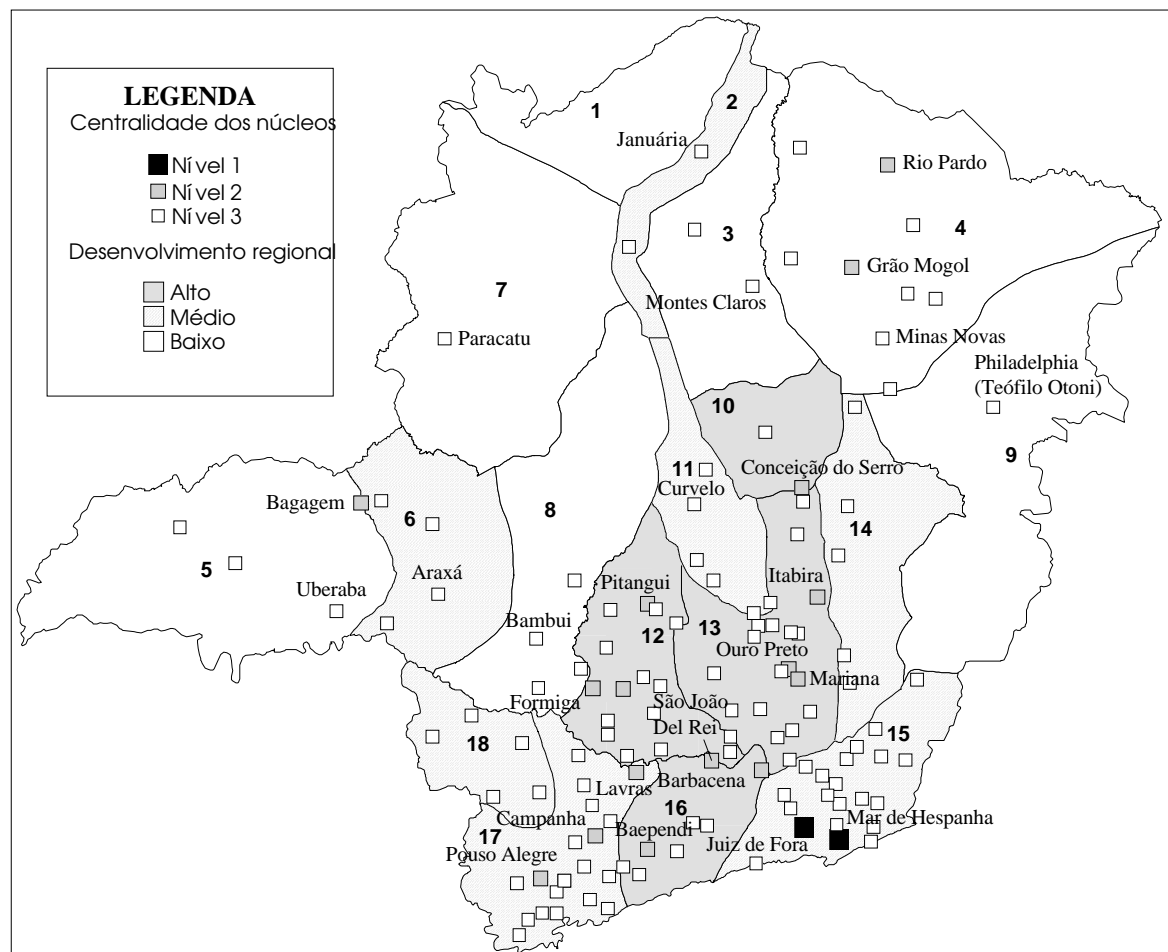
Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatú; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (Rodarte, 1999: 89 e 126).

Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

Mapa 2

Regionalização, níveis de desenvolvimento de 1830 e centralidade urbana Minas Gerais - 1872



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Juiz de Fora e Mar de Espanha; **Nível 2:** Ouro Preto; São João del Rei; Barbacena; Baependi; Itabira; Mariana; Conceição do Serro; Grão Mogol; Formiga; Lavras; Rio Pardo; Tamanduá; Campanha; Pitangui; Pouso Alegre; Bagagem; **Nível 3:** Queluz; Sabará; Dolores da Boa Esperança; Conceição do Pouso Alto; Sto. Ant. de Arassuahy; Ponte Nova; Paracatu; São Romão; Contendas; Santa Luzia; Curvelo; Uberaba; Três Pontas; São Miguel do Pomba; Leopoldina; Ubá; Bom Fim; Piranga; Santana dos Ferros; Taboleiro Grande; Salinas; Santana do Onça do Rio de São João; Sete Lagoas; Prados; Presídio; Brumado de Suassuhy; Piedade do Pará; Santa Bárbara; Cocais; Congonhas do Sabará; Carmo do Pouso Alto; São Gonçalo da Campanha; Campo Belo; Arcos; Oliveira; Cláudio; Sta. Rita de Sapucaí; Carmo da Borda da Mata; Santana de Capivari; Perdões; Espírito Santo do Pomba; N. Sra. da Piedade; Div. Esp. Sto. do Mar de Espanha; São João Nepomuceno; Afritos; Sr. dos Passos do Rio Preto; São José do Tijuco; São João da Chapada; Carmo do Rio Claro; São Seb. do Paraíso; Lagoa Dourada; São José do Rio Preto; Bom Despacho; Madre de Deus do Angú; Além Parahyba; Chapéu d'Uvas; Rio Novo; Montes Claros; São Bartolomeu; Capela Nova; Piedade da Boa Esperança; Saúde; Dolores de Indaiá; Santa Margarida; Caeté; Taquarussu; Santo Antônio do Rio do Peixe; São Miguel e Almas; Minas Novas; Capelinha; Philadelphia; Brejo do Salgado; Carmo da Bagagem; Patrocínio; Varginha; Cristina; Santa Catarina; Três Corações; Alfenas; Piumhy; Cabo Verde; N. Sra. do Desterro; Candeas; Bambuí; São José do Paraíso; São João Batista da Cachoeira; Carmo do Cambuí; Itajubá; Soledade de Itajubá; Santa Rita de Boa Vista; Bom Sucesso; João Gomes; Porto do Turvo; São Vicente Ferrer; Mercês do Pomba; Sacramento; Sto. Ant. do Monte; Carmo do Prata; Papagaio; São João Batista; Arassuahy; Muriaé; Dolores da Vitória; Ribeirão Vermelho; Brejo das Almas; Januária; Araxá; Aiuruoca; Jaguarí; Conceição do Mato Dentro; Passos; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelas demais 225 paróquias pesquisadas, não visualizadas no mapa (Rodarte, 1999: 89 e 127).

Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria

A partir da regionalização proposta por Marcelo Godoy, Clotilde Paiva (1996) estabeleceu uma hierarquia de três níveis (alto, médio e baixo) de desenvolvimento econômico

na província de Minas Gerais. Tendo como fontes principais os relatos dos viajantes e, de forma subsidiária, as Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836, observou-se o nível de produção material de cada região e foi feita uma classificação conforme a presença de atividades mais ou menos dinâmicas.

O estilo de vida, as condições de sobrevivência, os hábitos de consumo e muitos outros comportamentos sociais constituíam matéria de interesse dos viajantes, que descreveram detalhadamente estes tópicos. O aspecto das vilas e arraiais, o número de casas existentes e o padrão de construção mais ou menos sofisticado das casas também foram observados. Estes elementos também serviram para nos sugerir a dinamicidade de cada região. (Paiva, 1996, p. 113 e 114)

A caracterização segundo nível produtivo foram estabelecidas apenas para a primeira metade do século, e encontra-se representada no Mapa 1.

Além destes aspectos teóricos, utilizou-se o recorte por nível de centralidade urbana. Esta é definida a partir da oferta de bens e serviços desse núcleo. Uma localidade de centralidade baixa tende a ter uma oferta baseada em bens ubíquos, enquanto nos grandes centros, além dos produtos ubíquos, oferta-se bens e serviços especializados, caracterizados por demanda mais amplamente distribuída, a fim de responder por áreas mais afastadas e maior número de consumidores. Nas regiões aonde há uma alta concentração populacional e produtiva, o consumo de bens centrais é maior que em outras regiões, com características mais rurais. Pode-se inferir também que em regiões rurais muito afastadas de núcleos centrais, os bens centrais podem ser substituídos por outro tipo de bem produzido no local. Nos Mapas 1 e 2 encontram-se explicitadas as localidades de diferentes níveis de centralidade, respectivamente para as décadas de 1830 e 1870.⁴

2.2 Tratamento das fontes demográficas

O próximo item, em que se analisa a distribuição espacial da população em inícios das décadas de 1830 e 1870, foram utilizadas as estimativas mais atualizadas de ambos os períodos.

A estimativa populacional, por região, no início da década de 1830 foi elaborada por Paiva (1996) e revista por Godoy (2004). No período em questão, a província de Minas Gerais era composta por 419 distritos, e tinha, segundo os cálculos, 730.778 habitantes (Tabela 1). Os dados de mais de metade desses distritos (55,8%) foram obtidos pelas listas nominativas de 1831/32, sendo que a população dos demais distritos tiveram de ser estimadas por outras fontes, pela falta das suas respectivas listas. Aproximadamente um terço dos distritos (33,4%) tiveram suas respectivas populações contabilizadas pelos Mapas de População de 1833/35. A população de outros 7,4% dos distritos foi estimada através dos dados de 1826 de Matos (1981), enquanto que uma parcela residual (1,4%) foi obtida pelas listas nominativas de 1838/40. Apenas para 6 distritos foram utilizadas estimativas indiretas, pela completa falta de dados demográficos desse período (Godoy, 2004, p. 680).

Enquanto as demais fontes apresentam os dados de forma agregada por distrito, as listas nominativas de 1831/32 e as de 1838/40 de 232 distritos dispõem de informações para cada habitante do lugar, com ordenação, na maioria dos casos, de domicílio e quarteirão. Constam informações do nome, sexo, idade, condição, e para o segmento adulto, principalmente para o chefe de domicílio, a profissão e o estado marital⁵.

Para estimar a população na primeira metade da década de 1870, foram utilizados os

⁴ Para uma maior compreensão do estabelecimento da centralidade urbana para as Minas Gerais oitocentistas, veja Rodarte, 1999, ou Rodarte, Paula e Simões, 2004.

⁵ Para um tratamento crítico das listas da década de 1830, ver Libby, 1988; Paiva, 1996; e Godoy, 2004.

dados do Recenseamento do Império de 1872⁶. As 14 paróquias com população omitida nesse arrolamento demográfico foram agregadas à estimativa mediante uso de cálculo de interpolação da população recenseada em 1890. Por meio dessa estimativa, considerou-se que as 370 paróquias de Minas Gerais somavam 2.083.172 habitantes (Tabela 4).

Na quarta seção, as informações quanto ao nível de centralidade foram obtidos para apenas 259 distritos dos 419 existentes, em 1831, na medida em que a definição do nível de centralidade, desenvolvida por Rodarte (1999), não prescindia de certas informações contidas na maioria das listas nominativas (Tabela 6). No caso da análise por nível de urbanização, na década de 1870, a informação de centralidade estava disponível para a maioria das 370 paróquias existentes (Tabela 7).

O estudo, ainda no quarto item do texto, da estrutura ocupacional contou com cuidados adicionais, pelo próprio volume de omissões e heterogeneidade de qualidade das informações ocupacionais nas listas nominativas na década de 1830. Adotando os critérios de Godoy (2003) de seleção de listas nominativas com melhor qualidade da informação de ocupações, o estudo ateu a uma amostra de 49 distritos, que apesar de representar apenas pouco mais de 10% dos distritos existentes em Minas Gerais, é representativo de todos os três níveis de desenvolvimento econômico. Por seu turno, na análise de informações de ocupação em 1870, constante na Tabela 6 do Recenseamento do Império de 1872, tomou-se o cuidado de subtrair as crianças de até cinco anos do segmento das pessoas sem informação de ocupação, uma vez que também foi subtraído esse segmento etário no processamento da estrutura ocupacional, pelas listas da década de 1830.

⁶ Uma análise apurada do censo e seus problemas encontra-se em Paiva e Martins, 1983, e Libby, 1988.

3. Processo de ocupação demográfica

3.1 A ocupação do território em Minas Gerais, na década de 1830

Na década de 1830, 80,2% da população estimada estava concentrada em apenas cerca de 1/3 do território da província. Tal adensamento populacional equivalia a 3 habitantes por quilômetro quadrado (Tabela 1). Essa **área de alta densidade demográfica** correspondia à porção meridional da província e às áreas centrais, de antiga ocupação, pela exploração das minas de ouro e diamante, entre o final do século XVII e ao longo do XVIII; e eram, na primeira metade do século XIX, as regiões de alto desenvolvimento e parte das regiões de médio desenvolvimento (Mapa 3).

Tabela 1
População, extensão e densidade demográfica, por regiões
Minas Gerais, 1832

Regiões	Extensão		População - dec. 1830		
	Km ²	%	N	%	hab./km ²
Grupo Alta Densidade.....	192.833	32,8	586.074	80,2	3,0
Mineradora Central Oeste.....	30.485	5,2	164.566	22,5	5,4
Sudeste.....	15.926	2,7	69.098	9,5	4,3
Sul Central.....	25.522	4,3	90.588	12,4	3,5
Intermediária P.-Tamanduá.....	24.573	4,2	83.949	11,5	3,4
Médio Baixo R. das Velhas.....	16.815	2,9	37.040	5,1	2,2
Diamantina.....	14.968	2,5	29.949	4,1	2,0
Mata.....	23.415	4,0	43.897	6,0	1,9
Sudoeste.....	14.828	2,5	27.716	3,8	1,9
Mineradora Central Leste.....	26.301	4,5	39.271	5,4	1,5
Grupo Baixa Densidade.....	395.551	67,2	144.704	19,8	0,4
Vale A. M. S. Franc.....	11.792	2,0	14.160	1,9	1,2
Minas Novas.....	76.486	13,0	60.800	8,3	0,8
Araxá.....	28.378	4,8	22.006	3,0	0,8
Sertão A. S. Franc.....	44.174	7,5	18.306	2,5	0,4
Sertão.....	30.804	5,2	8.726	1,2	0,3
Triângulo.....	56.506	9,6	10.287	1,4	0,2
Paracatu.....	62.147	10,6	10.152	1,4	0,2
Noroeste.....	25.901	4,4	0	0,0	0,0
Sertão R. Doce.....	59.362	10,1	267	0,0	0,0
Minas Gerais.....	588.384	100,0	730.778	100,0	1,2

Fonte: estimativa da população elaborada por Godoy (2004), com uso dos censos de 1831/32 e 1838/40, mapas de 1833/35 (MARTINS, 1990), dados populacionais de 1826 (Matos, 1981), e mapas de 1836 (Godoy, 2004).
Elaboração própria.

Como destacado por Paiva (1996), uma miríade de atividades econômicas, praticadas em grande intensidade, davam lastro ao maior desenvolvimento econômico dessas regiões, e ocupação a esse segmento mais populoso de Minas Gerais. Nesse sentido, a concentração de atividades econômicas é o duplo do fenômeno demográfico descrito na Tabela 1.

Na agricultura, além dos disseminados cultivos de víveres e cana-de-açúcar, plantava-se tabaco, nas regiões Sudeste e Intermediária de Pitangui-Tamanduá (IPT), e algodão (principalmente na Mineradora Central Leste) em grandes proporções. A pecuária, com destaque para a criação de bovinos e suínos, era praticada com mais intensidade no Sudeste e na IPT.

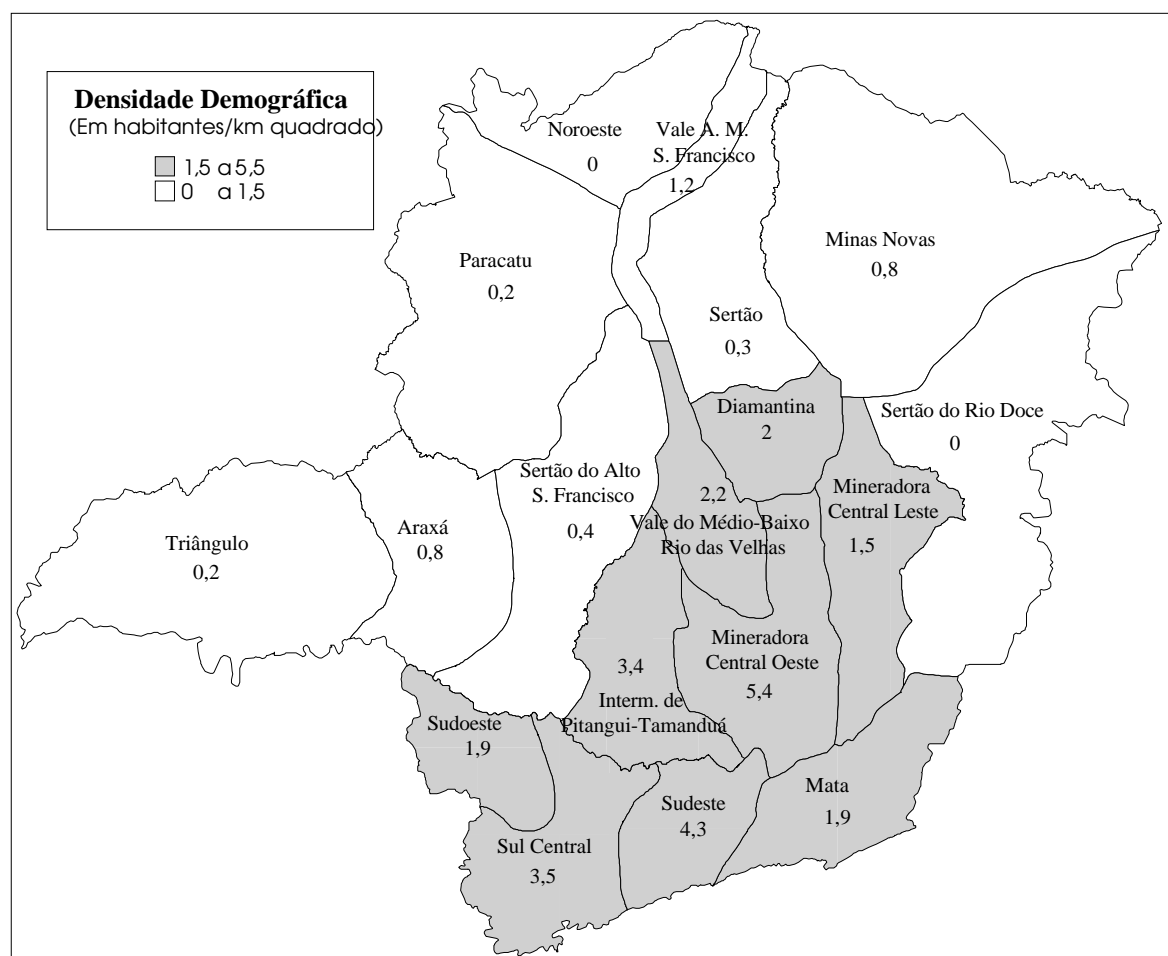
A agroindústria era vigorosa e utilizava, como insumo, a produção primária do próprio lugar e de outras partes da Província. A fabricação de toucinho e couros tinha sublinhada importância nas regiões Sudeste e IPT. A indústria de laticínios destacava-se nas regiões Sudeste e Mineradora Central Oeste (MCO), e o engenho de açúcar, com produção voltada principalmente para rapadura e aguardente, era encontrada, assim como o setor têxtil, de forma quase ubíqua nessa área mais densamente povoada.

O extrativismo mineral de ouro e, em especial, de diamante, ainda tinha algum vulto, principalmente nas regiões MCO e Sul-Central, no caso do ouro, e Diamantina, no dos diamantes. Na MCO, a lavra de pedras preciosas também ganhava importância. A exploração de ferro, bem como a incipiente indústria siderúrgica, também passavam a ocupar alguns indivíduos na MCO e Diamantina.

Mapa 3

Densidade demográfica

Minas Gerais - década de 1830



Fonte: Para o cálculo da densidade demográfica, utilizou-se a estimativa da população elaborada por Godoy (2004) - Tabela 1. Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. IBGE
Elaboração própria.

O setores de serviços e as diversas atividades manuais e mecânicas eram importantes e, em parte, refletiam a complexa e densa rede de cidades dessa porção do território. Além das atividades de serviços próprias ao atendimento da população, como a educação, havia o corpo de funcionários públicos em sedes administrativas, principalmente em Ouro Preto.

O comércio tinha papel destacado na conformação da geografia econômica, pois o maior desenvolvimento econômico da área de maior densidade demográfica decorria não só da sua

incrementada estrutura produtiva, mas também pela transferência de renda das regiões menos desenvolvidas em direção à essa área de maior ocupação, pela atividade de comercialização. Localidades tais como São João del Rei (Sudeste), Formiga (IPT) e Serro (Diamantina) destacavam-se como entrepostos comerciais de grandes rotas entre os mercados externos à província, como o Rio de Janeiro, e as regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais. A transferência de recursos entre as regiões dava-se pelos preços, em parte ditados por esses comerciantes e pelo sistema de créditos. Em algumas passagens dos relatos de viajantes, ainda segundo Clotilde (1996), explicitava-se que os termos de troca das mercadorias com os comerciantes eram pouco vantajosos aos produtores primários, quando não flagrantemente aviltantes.

No período em questão, os outros quase 20% da população estimada estava dispersa nos restantes 2/3 da extensão territorial de Minas Gerais (Tabela 1), o que resultava numa ocupação bastante rarefeita, de 0,4 hab./km². A **área de baixa densidade demográfica** correspondia à porção setentrional da província, de povoamento mais antigo, e aos vazios demográficos das regiões mais à oeste, como o Triângulo, e à leste, como Sertão do Rio Doce (Mapa 3).

Nessas regiões algumas atividades tinham destacada importância para a economia provincial, como a pecuária e a agroindústria de Araxá e Paracatu voltadas, em parte, para o grande mercado do Rio de Janeiro; o algodão e tecelagem de Minas Novas, que atendiam os mercados locais das regiões mais densamente povoadas e à exportação da província. Por seu turno, a diversificada economia da região do Vale do Alto-Médio São Francisco (VAMSF) era importante e ajudava a dar substância ao comércio entre as províncias da Bahia e Pernambuco e as regiões mais ao norte de Minas Gerais, em que Januária se sobressaía como entreposto.

As regiões de baixo povoamento, que contavam com uma densidade demográfica abaixo ou igual à média da província, de 1,2 hab/km², eram de baixo nível de desenvolvimento econômico, com a exceção de Araxá e do VAMSF, onde o desenvolvimento atingia um patamar mediano. Essa heterogeneidade em relação ao nível de riqueza entre as regiões de grupo não é medida apenas pela intensidade das atividades econômicas praticadas, mas também pelo nível de apropriação da sua própria riqueza gerada, que está relacionada com sua autonomia em ditar os termos de intercâmbio de seus produtos.

3.2 Dinâmica populacional entre 1830 e 1870

Estima-se que a população do Império, a partir do segundo ano da independência até o Recenseamento de 1872, tenha crescido a uma taxa de 1,9% ao ano (Tabela 2). Nesse longo período, a Corte, mais as sete províncias mais populosas, mantiveram sua participação relativa na distribuição da população total do Brasil, em 67,5%. Minas Gerais, a mais populosa província na década de 1870, manteve taxa de aumento superior à média brasileira, e próxima da apresentada por São Paulo e Paraná. Tal fato sugere que a província de Minas tenha tido saldo migratório positivo, ao longo do período, seja pelo afluxo de livres, seja pelo tráfico de escravos, e não uma região de dispersão de população.

Tabela 2
Estimativas da população, segundo as províncias
Brasil, 1823-1872

Províncias mais populosas e Brasil	1823		1872 (1)		Taxa de aumento anual
	N	%	N	%	
Minas Gerais.....	640.000	16,2	2.102.689	20,8	2,5
Bahia.....	671.922	17,0	1.379.616	13,6	1,5
Rio de Janeiro (e Corte).....	451.648	11,4	1.094.576	10,8	1,8
São Paulo (e Paraná).....	280.000	7,1	964.076	9,5	2,6
Pernambuco.....	480.000	12,1	841.539	8,3	1,2
Rio Grande do Sul.....	150.000	3,8	446.962	4,4	2,3
Subtotal.....	2.673.570	67,5	6.829.458	67,5	1,9
Demais províncias.....	1.287.296	32,5	3.282.603	32,5	1,9
Brasil.....	3.960.866	100,0	10.112.061	100,0	1,9

Fonte: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 31.

Nota: (1) Total corrigido pelo conselheiro Manoel Francisco Correia, incluindo estimativas e/ou dados das paróquias omitidas. Elaboração própria

Nos quarenta anos que separam os dois levantamentos de dados demográficos considerados para o presente estudo, em Minas Gerais, a população praticamente triplicou seu tamanho, ao crescer, em média 2,7% a.a. (Tabela 3). Internamente, as diferentes taxas de aumento sugerem movimentos demográficos importantes. A análise do Mapa 4 permite supor grandes fluxos migratórios afluindo para as regiões de fronteira agrícola, como o Triângulo⁷ e o Sertão do Rio Doce. Nessa última, a elevada taxa de crescimento de 11,9% fazia com que a população duplicasse de tamanho, em curto período de tempo, a cada 5,8 anos.

Mas não eram apenas as regiões de vazios demográficos que cresciam a um ritmo mais acelerado que a média. A região da Mata, que no período inicial de estudo já tinha uma densidade demográfica acima da média provincial, passou o período estudado crescendo à taxa de 4,8% a.a., fazendo com que sua população original dobrasse de tamanho a cada 15,6 anos, o que reitera estudos feitos anteriormente, que apontavam essa como uma região de forte atração populacional, pelo *boom* do café, no último quarto do século XIX.

Com as regiões de povoamento mais antigo, o oposto ao apresentado no caso anterior parecia se verificar. Regiões como a de Diamantina, IPT, VMBRV e MCO cresciam a um ritmo inferior à média da província, embora ainda em nível elevado para a mortalidade existente, o que aponta para o fato que mesmo essas regiões tenham sido lugares de atração

⁷ Além das terras devolutas próprias para a desenvolvimento da pecuária, deve-se considerar como fator de atração de imigrantes, o surto de mineração de diamantes, em Bagagem, ocorrido na segunda metade do século XIX.

populacional, seja como imigrantes, seja pelo tráfico de escravos, ao longo dos quarenta anos estudados.

Entre as regiões de baixas e altas taxas de crescimento, havia regiões de crescimento intermediário, como Araxá e Mineradora Central Leste (ambas em 3,7% a.a.), e que também eram regiões receptoras de contingentes populacionais de outros lugares (Mapa 4). Em comum, essas regiões compartilhavam o fato de combinarem, em medidas variáveis, segmento de seu território de povoamento anterior ao período estudado, com grande quantidade de terras menos exploradas.

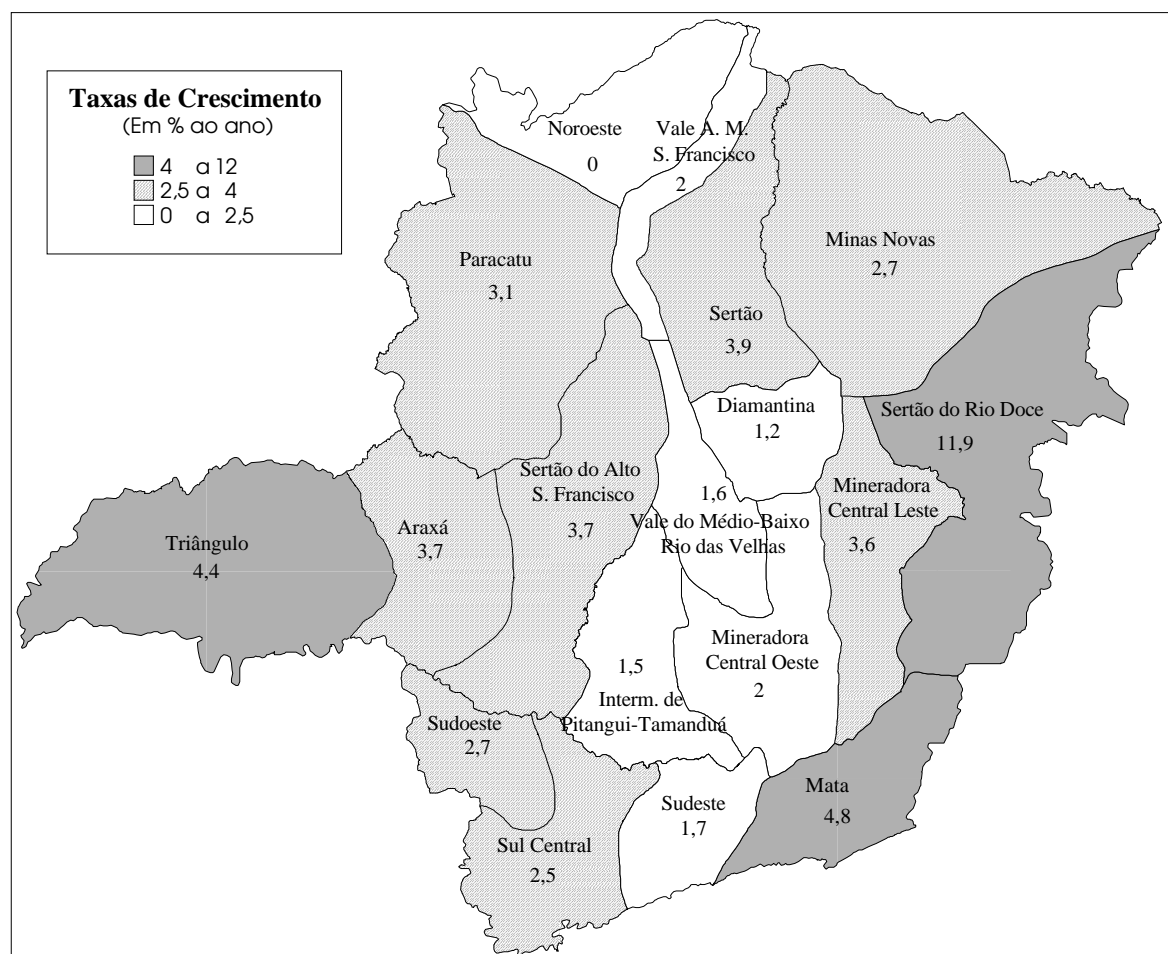
Tabela 3
Taxa de crescimento da população e tempo de duplicação por regiões
Minas Gerais, 1832 a 1872

Regiões	População		Taxa de Crescimento Anual	Tempo de Duplicação (em anos)
	1832	1872		
Grupo Alta Densidade.....	586.074	1.542.434	2,4	28,3
Mineradora Central Oeste.....	164.566	362.846	2,0	34,7
Sudeste.....	69.098	135.511	1,7	40,8
Sul Central.....	90.588	241.552	2,5	27,9
Intermediária P.-Tamanduá.....	83.949	152.105	1,5	46,3
Médio Baixo R. das Velhas.....	37.040	68.935	1,6	44,3
Diamantina.....	29.949	48.889	1,2	56,2
Mata.....	43.897	286.679	4,8	14,4
Sudoeste.....	27.716	80.673	2,7	25,6
Mineradora Central Leste.....	39.271	165.244	3,7	18,9
Grupo Baixa Densidade.....	144.704	540.738	3,4	20,7
Vale A. M. S. Franc.....	14.160	30.843	2,0	35,3
Minas Novas.....	60.800	180.501	2,8	25,1
Araxá.....	22.006	93.165	3,7	18,9
Sertão A. S. Franc.....	18.306	78.757	3,7	18,7
Sertão.....	8.726	40.209	3,9	17,8
Triângulo.....	10.287	58.744	4,5	15,6
Paracatu.....	10.152	34.460	3,1	22,3
Noroeste.....	0	0	0,0	-
Sertão R. Doce.....	267	24.059	11,9	5,8
Minas Gerais.....	730.778	2.083.172	2,7	26,1

Fonte: estimativa da população na década de 1830 – ver Tabela 1. Estimativa da população em 1872: População recenseada extraída das Tabelas 2 e 3 do Recenseamento do Império de 1872. A população omitida de 14 paróquias em 1872 foi estimada através de interpolação com o Censo de 1890.

Elaboração própria.

Mapa 4
Taxa de crescimento populacional
Minas Gerais - 1832 a 1872



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

3.3 A ocupação do território em Minas Gerais, na década de 1870

As taxas de crescimento demográfico acima discutidas sugerem uma redistribuição espacial da população mineira no sentido de desconcentrar-se, isto é, haver uma diminuição relativa do peso populacional das regiões que compunham o grupo de elevada densidade demográfica na década de 1830, em favor do aumento populacional das regiões periféricas, localizadas no entorno do primeiro grupo.

Ao contrário do que muito se pensava, porém, tal desconcentração não ocorreu de forma relevante. Cotejando os dados de população da Tabela 4, com os da Tabela 1, conclui-se que, passados quarenta anos, a parcela do contingente populacional presente nas nove regiões de maior densidade demográfica na década de 1830 manteve-se elevada, ao decrescer de 80,2% para apenas 74,0%. Dessa forma, as regiões de alta densidade demográfica no período inicial, com a exceção de Diamantina, mantiveram o mesmo *status* demográfico, com ligeiras mudanças de hierarquia internas ao grupo, provavelmente em decorrência das várias alterações econômicas, como o já citado surgimento da atividade cafeeira na região da Mata (Mapa 5).

A parcela da população de Minas Gerais localizada nas vastas porções territoriais, que

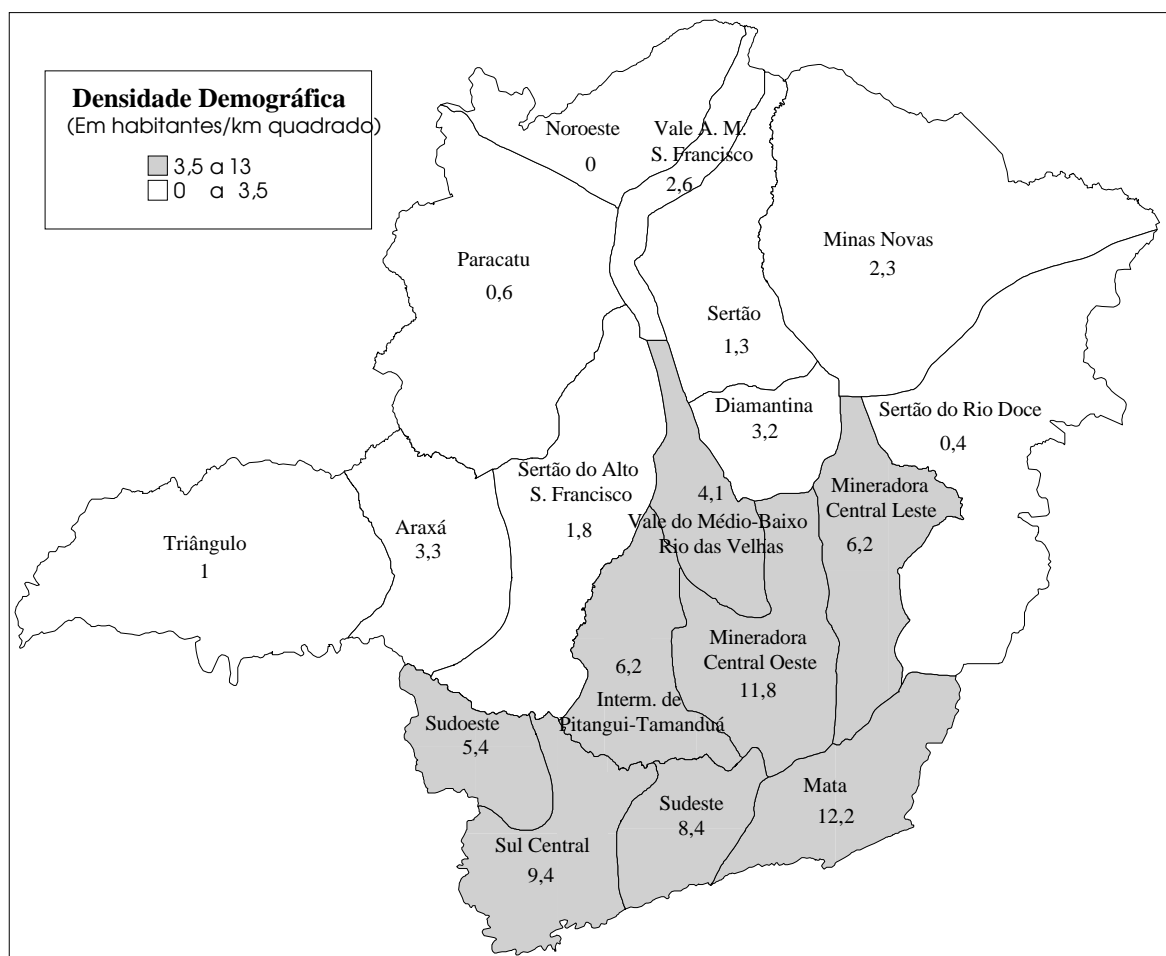
na década de 1830 eram as de menor densidade demográfica, cresceu de 19,8% para 26,0%, em quarenta anos. Apesar da alta taxa de crescimento anual da população (3,4%), responsável por duplicar seu contingente a cada 28,3 anos (Tabela 3), o grupo de baixa concentração populacional teve sua densidade demográfica alterada de 0,4 para 1,4 pessoas por quilômetro quadrado, valor pequeno, *vis-à-vis* os 8,0 hab/km² do outro grupo de regiões (Tabela 4).

Tabela 4
População, extensão e densidade demográfica, por regiões
Minas Gerais, 1872

Regiões	Extensão		População - 1872		
	Km ²	%	N	%	hab./km ²
Grupo Alta Densidade.....	192.833	32,8	1.542.434	74,0	8,0
Mineradora Central Oeste.....	30.485	5,2	362.846	17,4	11,9
Sudeste.....	15.926	2,7	135.511	6,5	8,5
Sul Central.....	25.522	4,3	241.552	11,6	9,5
Intermediária P.-Tamanduá.....	24.573	4,2	152.105	7,3	6,2
Médio Baixo R. das Velhas.....	16.815	2,9	68.935	3,3	4,1
Diamantina.....	14.968	2,5	48.889	2,3	3,3
Mata.....	23.415	4,0	286.679	13,8	12,2
Sudoeste.....	14.828	2,5	80.673	3,9	5,4
Mineradora Central Leste.....	26.301	4,5	165.244	7,9	6,3
Grupo Baixa Densidade.....	395.551	67,2	540.738	26,0	1,4
Vale A. M. S. Franc.....	11.792	2,0	30.843	1,5	2,6
Minas Novas.....	76.486	13,0	180.501	8,7	2,4
Araxá.....	28.378	4,8	93.165	4,5	3,3
Sertão A. S. Franc.....	44.174	7,5	78.757	3,8	1,8
Sertão.....	30.804	5,2	40.209	1,9	1,3
Triângulo.....	56.506	9,6	58.744	2,8	1,0
Paracatu.....	62.147	10,6	34.460	1,7	0,6
Noroeste.....	25.901	4,4	0	0,0	0,0
Sertão R. Doce.....	59.362	10,1	24.059	1,2	0,4
Minas Gerais.....	588.384	100,0	2.083.172	100,0	3,5

Fonte: População recenseada extraída das Tabelas 2 e 3 do Recenseamento do Império de 1872. A população omitida de 14 paróquias em 1872 foi estimada através de interpolação com o Censo de 1890.
Elaboração própria.

Mapa 5
Densidade demográfica
Minas Gerais - 1872



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

4. Processo de urbanização

Assim como no caso da hipótese de forte desconcentração demográfica e esvaziamento das regiões do antigo centro minerador, a suposição de tendência à ruralização não encontra amparo nas evidências levantadas nos dois censos, em Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870.

No início da década de 1830, 85,4% da população da população acima de 5 anos estava alocada, de forma mais ou menos equilibrada, em três setores ou situações em relação ao trabalho, sendo 29,5% nas atividades da indústria têxtil ou de atividades relacionadas ao trabalho feminino doméstico (fabril-artesanal 2), 27,1% nas atividades agropastoris, e 28,8% declarados sem profissão ou sem informação de ocupação. Os demais 14,6% estavam divididos entre os profissionais liberais (0,7%); os comerciantes (2,6%); o setor fabril-artesanal 1 (2,1%), que agrega atividades mais relacionadas ao ambiente urbano; e o agregado de outras atividades fabris ou artesanais (fabril-artesanal 3, 9,1%), pelos dados apresentados na Tabela 5.

Entre as áreas de alta e baixa densidade, a estrutura ocupacional pouco se altera. Alguns pontos, no entanto, chamam a atenção. Comparativamente às regiões de ocupação mais rarefeita, as regiões mais demograficamente mais densas apresentavam setores de atividades

de perfil mais urbano, ou senão, menos relacionadas com o meio rural, como as profissões liberais, o comércio, e as atividades fabris, às expensas da participação das atividades agropastoris e do segmento sem profissão ou sem declaração de informação sobre ocupação, o que reflete o fato do maior adensamento urbano nas regiões mais povoadas.

Tabela 5

Distribuição da população de 6 anos e mais, segundo setor de atividade econômica, por área Minas Gerais, 1831/33 e 1872

Setores	Área de baixa densidade demográfica		Área de alta densidade demográfica		Minas Gerais	
	N	%	N	%	N	%
1831/33						
Prof. Liberais	67	0,4	607	0,8	674	0,7
Comerciante	185	1,2	2.277	2,9	2.462	2,6
Fabril-artesanal 1	245	1,5	1.750	2,2	1.995	2,1
Fabril-artesanal 2	3.491	21,8	24.382	31,0	27.873	29,5
Fabril-artesanal 3	1.280	8,0	7.334	9,3	8.614	9,1
Agropecuária	4.621	28,8	21.008	26,7	25.629	27,1
Outros	30	0,2	57	0,1	87	0,1
S/ Prof. ou S/ Inf.	6.126	38,2	21.138	26,9	27.264	28,8
Total	16.045	100,0	78.553	100,0	94.598	100,0
1872						
Prof. Liberais	1.113	0,2	4.685	0,4	5.798	0,3
Comerciante	2.957	0,6	11.980	0,9	14.937	0,8
Fabril-artesanal 1	3.037	0,6	9.869	0,7	12.906	0,7
Fabril-artesanal 2	141.272	29,7	417.048	31,7	558.320	31,1
Fabril-artesanal 3	59.641	12,5	170.591	12,9	230.232	12,8
Agropecuária	123.366	25,9	362.519	27,5	485.885	27,1
Outros	325	0,1	1.835	0,1	2.160	0,1
S/ Prof. ou S/ Inf.	144.725	30,4	339.160	25,7	483.885	27,0
Total	476.436	100,0	1.317.687	100,0	1.794.123	100,0

Fonte: **1831/33**: amostra de 59 listas nominativas com dados de melhor qualidade do dado de informação. **1872**: Estimativa da população de seis anos e mais com os totais da Tabela 7, deduzidas das crianças de 5 anos ou menos da Tabela 2 do Recenseamento do Império de 1872.

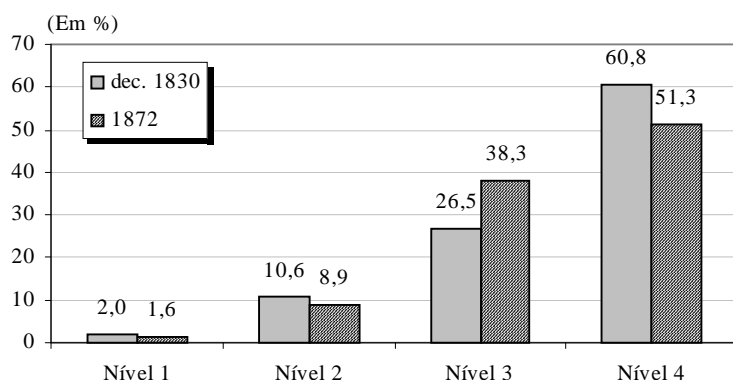
Notas: **área de baixa densidade**: VAMSF, Minas Novas, Araxá, Sertão do A. S. Francisco, Sertão, Triângulo, Paracatu, Noroeste, Sertão do Rio Doce; **área de alta densidade**: MCO, Sudeste, Sul-Central, IPT, MBRV, Diamantina, Mata, Sudoeste, MCL; **profissionais liberais**: contém religiosos, juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; **setor fabril-artesanal 1**: contém operários de edificações, em couros e peles, de vestuários, de calçado; **setor fabril-artesanal 2**: contém costureiras, operários em tecidos, e no serviço doméstico; **setor fabril-artesanal 3**: contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros, em metais, em madeiras, em tinturaria, de chapéus, criados e jornaleiros; outros: militares, marítimos, pescadores, caçadores e demais extrativistas. Ver Tabela 8 e Tabela 9.

Quarenta anos mais tarde, a estrutura ocupacional revelou-se muito semelhante ao período inicial, com destaque para a parcela de ocupados em atividades agropastoris, que se manteve inalterado, em 27,1%. Ao lado desse setor, as atividades fabril-artesanal 2 (31,1%), e o contingente sem profissão ou declaração de ocupação (27,0%) continuavam a representar o conjunto mais expressivo da população com mais de cinco anos (85,2%), ainda pela Tabela 5. Entre os demais 14,8%, merece destaque, o fato de terem ganhado importância os setores mais relacionados às atividades fabris e artesanais, em detrimento das posições das funções liberais, comerciais e mesmo do segmento artesão mais relacionado ao meio urbano (fabril-artesanal 1).

No comparativo entre áreas, segundo o adensamento populacional, em 1872, notou-se

diferenças na composição ocupacional semelhantes às já percebidas na primeira metade da década de 1830, como a perda, embora pequena, de importância das funções mais urbanas ao deslocar da área de maior densidade para aquela de baixa antropia. A particularidade desse período coube ao setor agropecuário, que se mostrou ligeiramente maior nas áreas de maior adensamento, do que nas áreas de menor população por quilômetro quadrado (27,5% e 25,9%, respectivamente), pela Tabela 5.

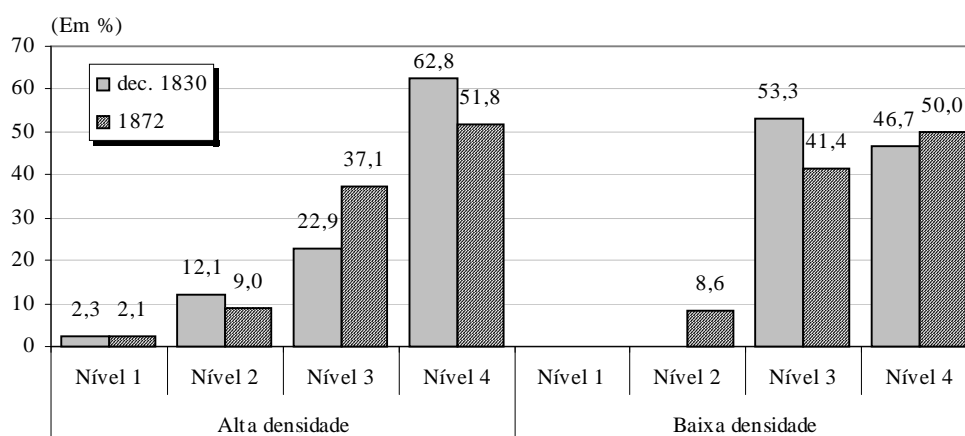
Gráfico 1
Distribuição da população segundo o nível de centralidade
Minas Gerais - década de 1830-1872



Fonte: listas nominativas de 1831-32, de 1838-40; e Recenseamento do Império de 1872. (Rodarte, 1999). Ver Tabela 6 e Tabela 7.

A comparação entre as distribuições das populações da década de 1830 e 1872, por nível de centralidade urbana coaduna com a análise setorial da população adulta, no que se refere ao não crescimento da importância do setor agropecuário na economia provincial. Pelo Gráfico 1 observa-se que a parcela população residente em localidade de maior centralidade urbana (níveis 1 ao 3), ao longo das quatro décadas de análise, ampliou de 39,2% para 48,7%. Vale destacar também, pelo Gráfico 2, que mesmo nas regiões que compõe a área de menor densidade demográfica, a participação da população residente em localidades com maior centralidade era grande, e até superior ao apresentado nas regiões de maior adensamento populacional, nos seus respectivos períodos de análise.

Gráfico 2
Distribuição da população por área de densidade, segundo o nível de centralidade
Minas Gerais - década de 1830-1872



Fonte: listas nominativas de 1831-32, de 1838-40; e Recenseamento do Império de 1872. (Rodarte, 1999). Ver Tabela 6 e Tabela 7.

Considerações finais

O presente trabalho, por meio de novos recortes espaciais, objetivou descrever o processo de povoamento da província de Minas Gerais, ao comparar a distribuição da população nos inícios das décadas de 1830 e 1870. Os resultados gerados questionam a visão de que a população tenha se desconcentrado de forma acentuada, e que o componente urbano da economia tenha perdido seu vigor.

Pode-se cogitar, quanto aos movimento migratórios, a existência de uma força centrífuga, orientada pela percepção de novas oportunidades de inserção econômica e social nos espaços econômicos em formação, ou seja, nas regiões de fronteira, quer nas atividades da agropecuária, quer nos demais setores econômicos. Mas esse vetor seria enfraquecido por uma força centrípeta, determinada pela vitalidade e intensidade dos fluxos econômicos inerentes à rede de cidades, que estava centrada nas regiões de alta densidade. Assim, o conjunto de regiões mais urbanas, identificadas com alto e médio nível de desenvolvimento, manteve-se como a área mais densamente povoada, entre os inícios das décadas de 1830 e 1870, com 80,2% e 74,0% da população, nos respectivos períodos, apesar de ocupar apenas 1/3 do território mineiro.

Também houve uma manutenção do caráter urbano da sociedade mineira, contrariando a hipótese de ruralização da produção, pois o peso das ocupações classificadas como atividades agropecuárias manteve-se em 27,1% nos quarenta anos pesquisados. Dessa forma, mesmo a ocupação da área de baixa densidade demográfica, responsável pela tímida elevação de seis pontos percentuais na sua participação, não pode ser vista como resultado de uma desarticulação das velhas estruturas econômicas, que tinham como eixo central, a mineração de ouro e diamante, como estabelecida por alguns autores, mas sim como produto da expansão de uma mesma rede de cidades. Vale ressaltar que as verificadas mudanças na estrutura ocupacional, no que se refere à perda de importância dos serviços e ascensão das atividades manuais e mecânicas de transformação, seja exercida pelos artesãos, seja pela incipiente manufatura, sugere a mudança das funções centrais dos núcleos e constitui objeto de pesquisa futura.

Um dos recortes espaciais utilizados nesse estudo refere-se às regiões, desenvolvidas por Godoy (1996). O fato do estudo espacial respaldar-se em divisões territoriais com identidade regional trouxe ganho de compreensão, pois os movimentos demográficos foram mais facilmente identificados com os fenômenos econômicos. Além disso, supõe-se que o tratamento espacial do presente estudo foi mais adequado pelo fato dos movimentos demográficos terem sido mais pronunciados com a utilização das regiões, do que com divisões administrativas, como de comarcas de 1833, em Bergad (2004).

O próximo passo, nessa pesquisa, consistirá em levantar dados demográficos da década de 1850, desagregado por livres e escravos, pois acredita-se que algumas mudanças promovidas pelo império, no sentido de institucionalizar o capitalismo, dentre elas a Lei de Terras e o fechamento do tráfico atlântico de escravos, ambas em 1850, tenham repercutido de diferentes formas, nas várias partes do território de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

- BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- GODOY, Marcelo Magalhães. A informação de ocupação dos censos nominais da província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003. Relatório de pesquisa.

- GODOY, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. Texto para discussão n.º.109. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.
- GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do Século XIX. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2004, Diamantina. Anais/. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.
- GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade. Negociante e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2003, Caxambu: Anais/ ABPHE. 2003.
- LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da posse de escravos”. In: Minas colonial: economia e sociedade, pp. 31 a 55. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1982.
- LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Hebert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: Revista Brasileira de Estudos de População. v.21, n.2, jul./dez. 2004.
- MARTINS, Maria do Carmo S. Revisando a Província: comarcas, termos, distritos e a população de Minas Gerais em 1833/35. In: V Seminário sobre a economia mineira. Diamantina, 1990.
- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Texto para discussão N.º.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MATOS, Raimundo J. da Cunha. Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837). 2 vols. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/editora da USP, 1981.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. “Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”. In: História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.
- PAIVA, Clotilde Andrade; MARTINS, Roberto Borges. Um estudo crítico do Recenseamento de 1872. Relatório de Pesquisa. PNPE, 1983. (mimeo)
- PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autentica, 2000 154p.
- PAULA, João Antônio de. “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história”. In: História Econômica e História de Empresas, v. 5, n.º 1, pp. 7/39. São Paulo: ABPHE, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio e GODOY, Marcelo Magalhães. “Comércio e desenvolvimento econômico e urbano na província de Minas Gerais - primeira metade do século XIX”. Comunicação selecionada para apresentação no VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas. Conservatória/RJ: ABPHE, 2005.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de mestrado.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de Cidades em Minas Gerais no Século XIX. História Econômica História de Empresas, São Paulo: HUCITEC/ ABPHE, v. 7, n. 1, p. 7-45, 2004.
- SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Cadernos IFCH N.º.17. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.

Anexo estatístico

Tabela 6

População e distritos segundo nível de centralidade e área - Minas Gerais - década de 1830.

Área	Nível de Centralidade	População		Número de distritos		Média (Pop./Distrito)
		N	%	N	%	
Alta Densidade	1	8.160	2,3	2	0,9	4.080
	2	42.752	12,1	8	3,4	5.344
	3	81.018	22,9	49	20,9	1.653
	4	222.340	62,8	177	75,6	1.256
	Total		354.270	100,0	234	100,0
Baixa Densidade	1	-	-	-	-	-
	2	-	-	-	-	-
	3	25.924	53,3	10	43,5	2.592
	4	22.671	46,7	13	56,5	1.744
	Total		48.595	100,0	23	100,0
Província	1	8.160	2,0	2	0,8	4.080
	2	42.752	10,6	8	3,1	5.344
	3	106.942	26,5	59	22,8	1.813
	4	245.011	60,8	190	73,4	1.290
	Total		402.865	100,0	259	100,0

Fonte: listas nominativas de 1831-32, de 1838-40. (Rodarte, 1999). Relação dos núcleos por nível de centralidade: ver Mapa 1. Elaboração própria.

Tabela 7

População e distritos segundo nível de centralidade e área - Minas Gerais - 1870.

Área	Nível de Centralidade	População		Número de paróquias		Média (Pop./Paróquia)
		N	%	N	%	
Alta Densidade	1	31.338	2,1	2	0,7	15.669
	2	133.805	9,0	13	4,7	10.293
	3	551.870	37,1	86	31,4	6.417
	4	769.584	51,8	175	63,9	4.398
	Total		1.486.597	100,0	274	100,0
Baixa Densidade	1	-	-	-	-	-
	2	45.983	8,6	3	3,9	15.328
	3	221.154	41,4	25	32,5	8.846
	4	267.112	50,0	49	63,6	5.451
	Total		534.249	100,0	77	100,0
Província	1	31.338	1,6	2	0,6	15.669
	2	179.788	8,9	16	4,5	11.237
	3	773.024	38,3	111	31,4	6.964
	4	1.036.696	51,3	224	63,5	4.628
	Total		2.020.846	100,0	353	100,0

Fonte: Recenseamento do Império de 1872. (Rodarte, 1999). Relação dos núcleos por nível de centralidade: ver Mapa 2. Elaboração própria.

Tabela 8
Distribuição da população de 6 anos e mais, segundo
setor de atividade econômica e área, por nível de centralidade
Minas Gerais - 1831/33

Setores e áreas	Nível de Centralidade Urbana										
	Nível 2			Nível 3			Nível 4			Total	
	N	%	Ocup./ Distr.	N	%	Ocup./ Distr.	N	%	Ocup./ Distr.	N	%
Área de alta densidade											
Prof. Liberais	364	2,0	91	130	0,7	11	113	0,3	3	607	0,8
Comerciante	650	3,6	163	626	3,2	52	1.001	2,4	29	2.277	2,9
Fabril-artesanal 1	576	3,2	144	632	3,2	53	542	1,3	16	1.750	2,2
Fabril-artesanal 2	6.233	34,8	1.558	6.248	32,1	521	11.901	28,9	350	24.382	31,0
Fabril-artesanal 3	2.394	13,4	599	2.276	11,7	190	2.664	6,5	78	7.334	9,3
Agropecuária	3.571	19,9	893	4.475	23,0	373	12.962	31,5	381	21.008	26,7
Outros	7	0,0	2	22	0,1	2	28	0,1	1	57	0,1
S/ Prof. ou S/ Inf.	4.114	23,0	1.029	5.078	26,1	423	11.946	29,0	351	21.138	26,9
Total	17.909	100,0	4.477	19.487	100,0	1.624	41.157	100,0	1.211	78.553	100,0
Área de baixa densidade											
Prof. Liberais				64	0,5	11	3	0,1	1	67	0,4
Comerciante				134	1,1	22	51	1,4	17	185	1,2
Fabril-artesanal 1				211	1,7	35	34	0,9	11	245	1,5
Fabril-artesanal 2				2.215	17,8	369	1.276	35,2	425	3.491	21,8
Fabril-artesanal 3				1.168	9,4	195	112	3,1	37	1.280	8,0
Agropecuária				3.683	29,7	614	938	25,9	313	4.621	28,8
Outros				30	0,2	5		0,0	0	30	0,2
S/ Prof. ou S/ Inf.				4.913	39,6	819	1.213	33,4	404	6.126	38,2
Total				12.418	100,0	2.070	3.627	100,0	1.209	16.045	100,0
Minas Gerais											
Prof. Liberais	364	2,0	91	194	0,6	11	116	0,3	3	674	0,7
Comerciante	650	3,6	163	760	2,4	42	1.052	2,3	28	2.462	2,6
Fabril-artesanal 1	576	3,2	144	843	2,6	47	576	1,3	16	1.995	2,1
Fabril-artesanal 2	6.233	34,8	1.558	8.463	26,5	470	13.177	29,4	356	27.873	29,5
Fabril-artesanal 3	2.394	13,4	599	3.444	10,8	191	2.776	6,2	75	8.614	9,1
Agropecuária	3.571	19,9	893	8.158	25,6	453	13.900	31,0	376	25.629	27,1
Outros	7	0,0	2	52	0,2	3	28	0,1	1	87	0,1
S/ Prof. ou S/ Inf.	4.114	23,0	1.029	9.991	31,3	555	13.159	29,4	356	27.264	28,8
Total	17.909	100,0	4.477	31.905	100,0	1.773	44.784	100,0	1.210	94.598	100,0

Fonte: 1831/33: amostra de 59 listas nominativas com dados de melhor qualidade do dado de informação.

Notas: **área de baixa densidade:** VAMSF, Minas Novas, Araxá, Sertão do A. S. Francisco, Sertão, Triângulo, Paracatu, Noroeste, Sertão do Rio Doce; **área de alta densidade:** MCO, Sudeste, Sul-Central, IPT, MBRV, Diamantina, Mata, Sudoeste, MCL; **profissionais liberais:** contém religiosos, juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; **setor fabril-artesanal 1:** contém operários de edificações, em couros e peles, de vestuários, de calçado; **setor fabril-artesanal 2:** contém costureiras, operários em tecidos, e no serviço doméstico; **setor fabril-artesanal 3:** contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros, em metais, em madeiras, em tinturaria, de chapéus, criados e jornaleiros; outros: militares, marítimos, pescadores, caçadores e demais extrativistas.

